

Agenda 2011

Reitoria rompeu negociação sobre o auxílio alimentação com STU

A arrecadação de ICMS fechou 2010 com R\$ 66 bilhões em caixa, valor acima do previsto. Este ano, o índice dá mostra de que continuará subindo. Vamos organizar a luta para arrancar um reajuste e auxílio compatíveis.

A reitoria aprovou no Conselho Universitário (Consu) e na Câmara de Administração (CAD) a proposta de alteração dos valores para o auxílio alimentação, usando da desculpa de que essa medida reitera o propósito de avançar nesse programa sem prejuízo dos reajustes da data-base.

Mas na verdade sabemos que a discussão sobre o reajuste salarial e a revisão do auxílio alimentação ficou prejudicada pela pouca vontade de negociar mostrada pela reitoria que havia se comprometido com a discussão mesmo após aprovação pelo Consu.

Em maio/10 o STU reuniu-se com a reitoria para discutir os novos parâmetros de reajuste e cobrar isonomia com o benefício da USP, visto que a arrecadação do ICMS não parava de crescer.

A Unicamp acabou estabelecendo um reajuste para o auxílio alimentação sem muita discussão com os trabalhadores. Diante do volumoso crescimento do ICMS este reajuste é ínfimo.

Como previsto pelo Fórum das Seis o fechamento da arrecadação superou e muito as expectativas: de R\$ 59 bilhões previstos a arrecadação ultrapassou a casa dos R\$ 66 bilhões.

Isso quer dizer que em 2011 teremos muito mais dinheiro para



Data-base 2011 promete ser pautada na busca incessante de diálogo com o Cruesp, visto que em 2010 esse processo ficou comprometido pela falta de vontade dos reitores. Acima, ato pelo reabertura das negociações entre Cruesp e Fórum das Seis.

salário, carreira, auxílio alimentação e concursos públicos, principalmente para preencher as vagas dos que estão se aposentando.

O fato é que para a reitoria faltou tempo para discutir o auxílio alimentação e sobrou agilidade para passar às pressas a Carreira PAEPE e a Autarquização, que eles tanto almejavam.

Fórum das Seis

Este início de ano já deu provas de que nossa data-base será de muita luta e persistência.

Dia 28/01 o Fórum das Seis enviou ofício ao Cruesp cobrando uma agenda de reuniões técnicas preparatórias para as mesas de negociação da data-base. Até o fechamento desta edição, nada de resposta!

O objetivo é antecipar e facilitar as discussões sobre a Campanha Salarial porque nesta época já estão disponíveis os dados acerca da inflação do período, bem como outros indicadores relevantes.

O coordenador geral do STU e representante do Sindicato no Fórum das Seis, Marcílio Ventura,

já está articulando com os demais membros estratégias para avançar nas conquistas salariais dos trabalhadores neste 2011.

Nossa luta será pautada na busca pela redução da diferença entre o maior e o menor salário das universidades, tendo como referência a isonomia salarial entre as três universidades paulistas, além da jornada de 30 horas para a Área da Saúde, reversão do processo de Autarquização em curso nas universidades estaduais paulistas, combate a terceirização e valorização da Carreira.

STU e CAAAAS discutem Área da Saúde

Editorial

Nhen nhen neoliberal está de volta

As teses neoliberais tão propagandeadas nos anos 80 em boa parte do mundo e nos anos 90 na América Latina perderam força, mas continuam vivas. A crise financeira provocada pela especulação financeira, que levou os estados a transferirem enormes quantidades de recursos para o sistema financeiro, salvou os bancos e deixou um lastro de desemprego, pobreza e desercantos, sobretudo nos Estados Unidos e Europa. A crise serviu para demonstrar a vulnerabilidade de um sistema sem controle e que, apesar da pregação liberal, na hora da vaca beber água se socorreram do dinheiro público.

Os efeitos dessa crise ainda continuam fortes. Países como Islândia, Grécia e mais recentemente Portugal, vêm por pressão dos interesses financeiros, promovendo ajustes, com enormes prejuízos para as conquistas sociais de seus povos, apesar da grande resistência dos trabalhadores. A crise atinge todo mundo, mas seu impacto é mais visível no continente Europeu e nos EUA, regiões que estiveram no epicentro da crise financeira internacional.

A América Latina que foi devastada pela política neoliberal nos anos 90, conseguiu promover mudanças políticas capazes de mudar o rumo das economias. Sobretudo nos países da América do Sul, puxados por Brasil, Argentina e Venezuela, a lógica neoliberal, ditadas pelo FMI, deu lugar a projetos de integração baseados na defesa da soberania nacional e de desenvolvimento com compromissos de mudanças sociais. O próprio imperialismo americano viu barrada sua intenção de promover a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por aqui.

Houve ainda uma ascensão dos países em desenvolvimento. Brasil, Rússia, Índia, China, passaram a compor os BRIC, com economias não subordinadas a lógica neoliberal e que enfrentaram a crise, apostando em políticas de investimentos estrutural e fortalecimento do consumo. No Brasil, contrariando o nhen nhen neoliberal por ajustes, o governo apostou no investimento público, fortaleceu o papel do Estado, investiu no consumo e conseguiu fazer o impacto da crise ser menor. Como resultado dessa política houve melhor distribuição da renda e criação de novos empregos. O próprio Lula chegou a chamar a crise de "marolinha" frente às medidas de enfrentamento que propôs.

Os Bancos, após ter se apoderado de \$ trilhões de dinheiro público que salvou instituições falidas e a emissão de bilhões de dólares pelos EUA, sem lastro com a economia, o mundo se vê agora diante de uma política de desvalorização do dólar e a retomada de um processo inflacionário, sobretudo no custo dos alimentos, através das commodities. Os verdadeiros culpados pela crise que são os banqueiros e os governos neoliberais, mais uma vez aparecem apontando o dedo e dando a receita da crise: ajustes, redução do consumo e do crescimento e transferência da riqueza para os banqueiros. Aqui no Brasil até o FMI voltou a cantar de galo e passar receita, trazendo também de volta os velhos papagaios de pirata dos banqueiros, que através da grande mídia entoam o mantra do aumento do superávit fiscal, aumento da taxa de juros, redução dos investimentos públicos, redução dos gastos públicos e reformas para retirar direitos dos trabalhadores e do povo. Quando tiverem um pouco mais de coragem voltam com a tese da venda das empresas estatais.

É preciso continuar e avançar na política de mudanças na América Latina e no mundo. A lógica da integração, com desenvolvimento, soberania e distribuição de renda exige muita mobilização e fortalecimento dos movimentos sociais. No Brasil em particular esse processo ocorre sob a lógica de uma política macroeconômica conservadora, que continua pagando as maiores taxas de juros do mundo. Só o Bradesco aumentou seu lucro em 2010 em 37% comparado com o ano anterior, anunciando um lucro líquido contábil de R\$ 10,022 bilhões.

É preciso superar a dicotomia dessa política econômica e caminhar no desenvolvimento do país, com distribuição de renda e avançar em reformas estruturais que de fato possam sinalizar para um país justo e democrático. Por isso nossas bandeiras diante do governo Dilma são de continuar lutando por avanços e mudanças que expressem essa luta.



STU e CAAAAS discutem PIPS, Funcamp e Jornada

Em dezembro do ano passado, o STU reuniu-se com a Comissão Assessora para Assuntos Assistenciais da Área de Saúde (CAAAAS) para dar prosseguimento à discussão de assuntos referentes à Área da Saúde.

Entre os nove assuntos relativos à pauta, foram destacados os temas PIPS, Jornada 35h para a Enfermagem, Carreira Funcamp e Subsede do STU na Área da Saúde.

Prêmio de Incentivo à Produtividade

O STU cobrou a revisão do PIPS (Prêmio de Incentivo à Produtividade) de forma que ele garanta a valorização dos trabalhadores da Saúde.

Atualmente o PIPS é apresentado de forma escalonada com valores que variam entre R\$ 9,00 e R\$ 120,00. A proposta é que haja um reajuste nestes valores.

O CAAAAS concordou com a proposta do STU de que os valores devem ser revistos e diz estar empenhado em buscar mais verbas para

STU cobrou isonomia para trabalhadores Funcamp

Em reunião com a Comissão Assessora para Assuntos Assistenciais da Área de Saúde (CAAAAS), dezembro/2010, o STU defendeu a necessidade de implantação de uma Carreira para os trabalhadores Funcamp. A manifestação justifica-se porque muitos funcionários cumprem função e jornada iguais aos trabalhadores da Unicamp e recebem salários inferiores.

A necessidade de uma Carreira para os trabalhadores Funcamp é uma questão de manter a isonomia dentro da universidade, ou seja, manter um tratamento justo e igualitário entre os funcionários, principalmente entre aqueles que exercem o mesmo papel e recebem salários diferentes.

Desde a sua criação a Funcamp tem sido

que isso aconteça. Afirmou ainda que buscará dobrar o valor atual de recursos investidos no PIPS.

Ficou acertada entre o STU e o CAAAAS a elaboração de um levantamento sobre os documentos contendo valores, função, área que efetua o pagamento, local de trabalho, complexidade do serviço, atuais critérios de oferecimento do benefício etc.

O STU está analisando os atuais critérios do PIPS através de um estudo sobre a situação e apresentará sua posição sobre o tema.

35h para Enfermagem

Ao retomar a discussão sobre a jornada de 35h/semanal (2ª a 6ª feira)

para a Enfermagem o STU foi enfático em cobrar um posicionamento do HC, que na reunião anterior ficou de fazer um estudo sobre a viabilidade da redução da jornada.

Segundo a Dra. Terezinha nos quatro ambulatórios presentes no HC a redução da jornada acarretará em novas contratações, impossibilitando o processo por falta de verba para novas vagas.

Para o CAISM a redução da jornada nos ambulatórios é possível sem novas contratações. Enquanto que no Hemocentro ela é totalmente inviável.

Nesta mesma reunião com o CAAAAS decidiu-se que a Área da Saúde fará um novo estudo sobre a viabilidade de redução da jornada para todos os trabalhadores da Enfermagem, não só dos Ambulatórios.

Esse estudo será entregue na próxima reunião entre o CAAAAS e o Sindicato, prevista para acontecer ainda em fevereiro/11.

motivo de dor de cabeça para a universidade – com demissões em massa em 2009 e 2010 – por contratações irregulares reconhecidas pela Justiça. Por essas e outras o STU sempre defendeu a contratação via Concurso Público.

A CAAAAS manifestou consenso com a proposta de implantação de uma Carreira para os funcionários Funcamp.

Segundo a CAAAAS, atualmente há uma grande diferença salarial e de valorização dos Funcamp. E por ser uma forma terceirizada de trabalho isso gera desequilíbrio e uma diferença acentuada entre os funcionários.

O STU arrancou um compromisso de que a perspectiva de Carreira será estudada em médio prazo.

Justiça dá ao STU direito de representar os trabalhadores Funcamp

A Justiça do Trabalho reconheceu o STU como a entidade mais apropriada para representar os trabalhadores contratados via Funcamp e deu ganho de causa (em primeira instância) favorável ao Sindicato. Segundo a sentença "É compreensível que a Unicamp e, principalmente a Funcamp, defendam a atual representação ampla e eclética do SEAAC, pois a atuação sindical deste, dividida pelos inúmeros ramos do mercado de trabalho, nunca conseguirá a mesma combatividade do requerente STU, que pode concentrar esforços para atender os interesses comuns dos trabalhadores (empregados diretos ou indiretos) da Unicamp".

Reestruturação da Carreira PAEPE foi oficializada

Reitoria foi insensível aos apelos dos funcionários e aprovou sem diálogo e a toque de caixa a reestruturação da Carreira PAEPE

Em dezembro passado, a toque de caixa, a reitoria aprovou junto à Câmara de Administração (CAD) a reestruturação da Carreira dos Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PAEPE), para os funcionários com vínculo Unicamp. A aprovação já foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 22/12/10.

Em 2010 o STU realizou dois seminários com a presença da DGRH – abril e outubro – que discutiram os rumos e os entraves da Carreira PAEPE, com vistas à construção da isonomia da Carreira com a USP e Unesp valorizando o que tem de benéfico para o trabalhador em cada universidade.

Além dos seminários foram realizados a Plenária da Carreira, um Ato de Protesto e Assembléia Geral sobre o tema. E apesar dos inúmeros pedidos de mais tempo e de ampliação do diálogo sobre a proposta apresentada, os trabalhadores não foram atendidos pela reitoria.

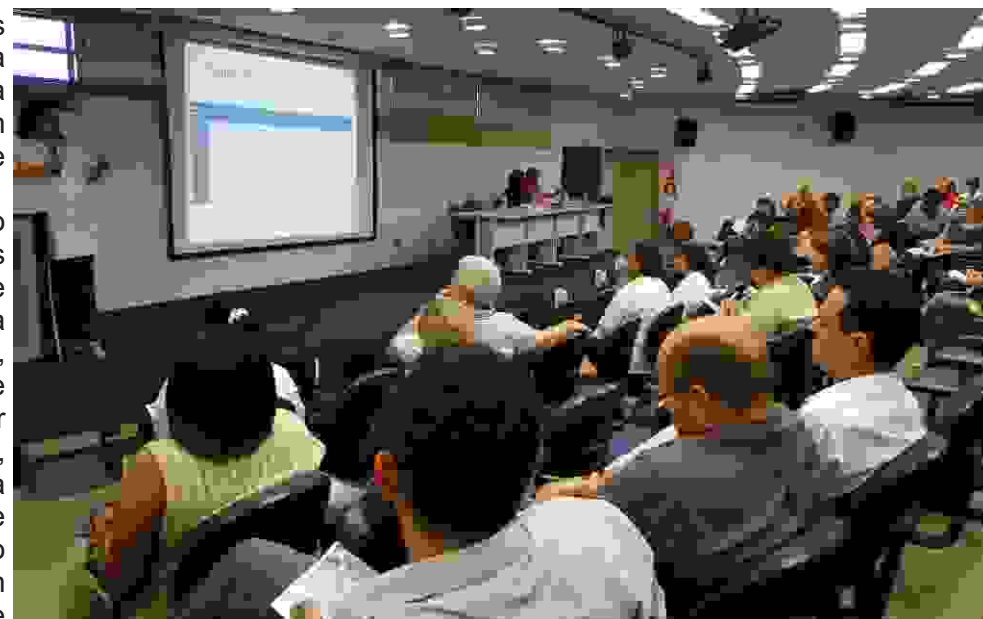
Os gestores, desde o começo da apresentação da proposta, não estavam abertos para receber críticas e sugestões sobre a reestruturação da Carreira PAEPE, mesmo cientes de que ela apresenta algumas regras que prejudicarão o funcionário.

Mesmo com o agravante de que a Carreira pode prejudicar o funcionário os gestores não cederam aos apelos dos trabalhadores que

queriam discutir os parâmetros da nova Carreira, pensada pela DGRH, e afiná-la com os interesses e propostas da categoria.

O STU discutiu muito o tema e vê com bons olhos uma proposta que permita a mobilidade na Carreira. Contudo, entende que temos que ter um olhar por completo para que ela, de fato, represente uma perspectiva de valorização do trabalho e do funcionário, com democratização de suas estruturas, recursos garantidos e processos de avaliação com foco no trabalho e não no indivíduo.

Em 1998/1999 o STU elaborou com a comunidade universitária um anteprojeto que, naquela época, já discutia parâmetros para progressão na Carreira PAEPE. Desde então, este projeto sofreu reformulações estruturais para se adaptar à realidade da categoria. Mas ele nem pôde ser discutido junto à DGRH. A forma proposta pela reitoria foi “tapar” os ouvidos para



Segundo seminário da Carreira discutiu a proposta de reestruturação apresentada pela DGRH

as reivindicações dos trabalhadores e impor a sua proposta “goela abaixo”.

Dentre as mudanças previstas pela DGRH está a que trata do enxugamento das funções de cerca de 400 para 45 funções e as novas regras de avaliação do funcionário.

O STU continuará se mobilizando e buscando o diálogo junto à reitoria com objetivo de rever alguns itens que causarão prejuízos à Carreira dos funcionários.

Carreira: como ficam as nossas garantias?

O STU está empenhado em buscar um diálogo junto aos gestores para assegurar aos trabalhadores o direito de discutir suas propostas para Carreira que está em curso. Caso isso não seja possível, o STU defende que a Carreira deve garantir:

- **Mobilidade (possibilidade de locomoção na Carreira tanto na vertical, como horizontal, garantindo reconhecimento do título e experiência). A política de mobilidade deve assegurar a possibilidade de ascensão através do processo seletivo interno.**

- **Um processo avaliativo pautado em critérios objetivos e que, de fato, avalie o trabalho desempenhado e a qualidade do serviço.**

- **Direito de defesa para o trabalhador, quando este passar por processo avaliatório considerado injusto ou complicado;**

- **Melhores condições de trabalho, porque um bom ambiente de trabalho faz muita diferença no desempenho e na produtividade do funcionário.**

Autarquia é aprovada às pressas

Em meio às correrias de fim de ano a reitoria aproveitou para aprovar às pressas pelo Conselho Universitário (Consu) a proposta de Autarquia da Área da Saúde (Hospital das Clínicas, Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Hemocentro e Gastrocentro). A autorização do Consu seguiu para o governador do Estado fazer os encaminhamentos necessários para torná-la realidade.

A proposta de desvinculação da área de saúde da Unicamp sempre foi muito defendida pelos diretores da Faculdade de Ciências Médicas da universidade e pelo superintendente do HC. E ela está em consonância com a política de desmonte dos serviços públicos patrocinada pelo governo estadual que defende que a terceirização da gestão da Saúde para Organizações Sociais é benéfica.

Eles argumentam que a autarquia trará mais financiamento para a Área da Saúde. No entanto, sabemos que não há uma relação direta entre Autarquia e aumento de financiamento. Ou seja, transformar em autarquia não dá garantias

de que haverá destinação de mais recursos vindos da Secretaria de Saúde, do que atualmente a universidade já recebe.

O STU tem denunciado e lutado contra a Autarquia da área hospitalar porque ela prevê a flexibilização nas formas de captação de verbas através da entrega da gestão às entidades de direito privado – Organizações Sociais e Fundações de Apoio. Desse modo, a autarquia seria apenas o primeiro passo para a administração privada através de uma Fundação de Apoio da Área de Saúde. Sem contar que as relações de trabalho serão prejudicadas pela lógica da máxima produtividade em detrimento da qualidade do serviço prestado.

Lembramos que, em agosto/2010, foi lançada a Fasa (Fundação da Área de Saúde). Portanto, a possibilidade de uma Fundação gerenciar o Complexo Hospitalar é mais do que certa.

Na última reunião com a CAAAAS, em dezembro/2010, o STU fez questão de ressaltar sua insatisfação com a aprovação pelo Consu da Autarquia da Área da Saúde.

Fórum Social Mundial

De 6 a 11/02 o Senegal recebeu o Fórum Social Mundial (FSM) Dacar 2011 com a visita de organizações de 123 países, além da Palestina e Curdistão.

O FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.

Por ser caráter reflexivo e organizativo, o STU participou das atividades através dos diretores Margarida Barbosa e João Raimundo (Kiko). A proposta é que os diretores troquem experiências e saberes com organizações sindicais internacionais e discutam globalmente as questões do mundo do trabalho.

Governo Dilma será pautado no avanço das mudanças

Movimento sindical acredita que 2011 será o ano para consolidar a Agenda da Classe Trabalhadora

Centrais unidas em prol da valorização do salário mínimo e da correção da tabela do IR

As Centrais Sindicais CTB, Força Sindical, CGTB, UGT, NCST e CUT fizeram um ato público, dia 24/01, em defesa da valorização do salário mínimo e pelo reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR), em Porto Alegre.

A continuidade da política de valorização do salário mínimo nacional e o reajuste da tabela de IR são questões estratégicas para o desenvolvimento do Brasil. Então a manifestação das centrais fez parte da mobilização nacional que teve por objetivo garantir o aumento do salário mínimo para R\$ 580,00.

As centrais defendem a correção da tabela do IR baseada na inflação medida em 2010, de 6,46% e um aumento de 10% para as aposentadorias. A proposta é mais justa para os aposentados e pensionistas com rendimentos superiores ao salário mínimo.

Não basta apenas aumentar o salário mínimo, é preciso corrigir a tabela do IR para evitar que a tributação absorva o reajuste concedido. Ou seja, se o trabalhador não tem aumento real de salário, perde para a inflação. Então os salários aumentam, mas o poder aquisitivo continua o mesmo.

As Centrais Sindicais também divulgaram nota conjunta em defesa do salário mínimo de R\$ 580,00 reforçando que o momento em que o Brasil mais cresceu e se desenvolveu foi quando o salário mínimo teve aumento acima da inflação, proporcionado pela política salarial do governo Lula.

Mesmo com a aprovação pela Câmara dos Deputados, do mínimo de R\$ 545,00, as centrais continuarão lutando para que os trabalhadores obtenham avanços reais daqui por diante.

Lula deixou o governo com mais de 80% de aprovação e um país de muitas possibilidades. Aprofundar e avançar nas mudanças será o principal desafio de Dilma Rousseff, a primeira presidenta eleita no Brasil, que tomou posse em 1º de janeiro/11.

A posse de Dilma foi marcada pelo discurso da igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

Dilma foi eleita com a esperança de consolidar o trabalho de desenvolvimento nacional iniciado por Lula e possibilitar para os desfavorecidos o acesso aos recursos financeiros, sociais e culturais do país. Ela tem um compromisso muito grande de zelar pela democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais da alimentação, do emprego e da renda, da moradia digna e da paz social.

Nesse cenário de avançar no modelo de desenvolvimento iniciado, os movimentos sociais e sindicais terão ainda mais um papel decisivo para que o êxito do governo Dilma signifique conquistas políticas, econômicas e sociais para a classe trabalhadora brasileira.

Implementar a agenda da

Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) que definiu a pauta unificada dos trabalhadores brasileiros que tem como norte o Desenvolvimento, Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho.

Vamos fortalecer a luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas - apontando a bandeira da redução da jornada de trabalho sem redução de salário -, pela valorização da seguridade social e do salário mínimo e contra o desemprego, a pobreza e a criminalização dos movimentos sociais.

Nestes próximos quatro anos, inicia-se uma política de novos rumos para o Brasil e ela será acompanhada ativamente pelos movimentos sociais e sindicais, que depositaram neste novo governo as esperanças de um futuro melhor para o Brasil.



Trabalhadores esperam avanço em governo de Dilma

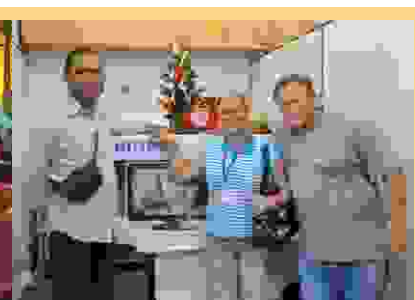
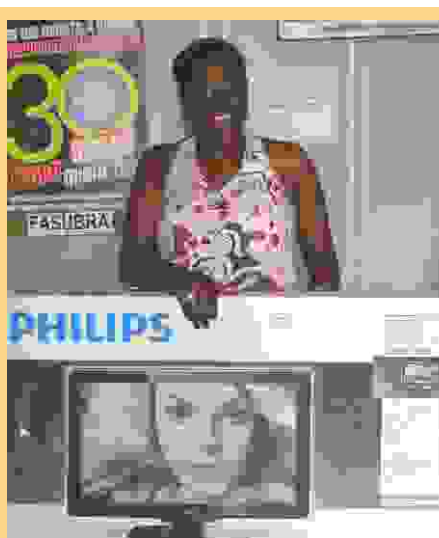
Festas marcam confraternizações de fim de ano



O STU encerrou 2010 com um grande baile de confraternização realizado dia 03/12, no Clube Fonte São Paulo. A festa foi animada pelo Trio Virgulino e a Banda Fruto Tropical e teve também dois caricaturistas.

Os funcionários presentes aproveitaram para se despedir de 2010 que foi coroadado de lutas e conquistas e acenar para o ano de 2011 cheio de expectativas.

A festa também marcou o início das comemorações dos 20 anos de fundação do STU, a ser completado em 23 de junho deste ano.



PREMIADOS LEVAM TELEVISOR DE PRESENTE DE NATAL

O STU sorteou três televisores de LCD, um em cada festa realizada: Baile de Fim de Ano, Festa da Área da Saúde e no Churrasco de Limeira. Os felizardos comemoram muito a sorte de ganhar de presente uma TV lindíssima. Outros prêmios menores também foram sorteados.